

**MEMÓRIAS DO ENSINO DE PSICOLOGIA NA ESCOLA
NORMAL: A CONTRIBUIÇÃO DO COLÉGIO MÃE DE DEUS DE
LONDRINA PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES ENTRE OS
ANOS DE 1953 E 1957**

**MEMORIES OF PSYCHOLOGY TEACHING IN NORMAL
SCHOOL: THE LONDRINA MÃE DE DEUS COLLEGE
CONTRIBUTION TO TEACHER'S TRAINING IN 1953 TO 1957
YEARS**

**MEMORIAS DE LA ENSEÑANZA DE PSICOLOGÍA EN LA
ESCUELA NORMAL: LA CONTRIBUCIÓN DEL COLEGIO MÃE
DE DEUS DE LONDRINA A LA FORMACIÓN DE PROFESORES
ENTRE LOS AÑOS DE 1953 E 1957**

Filomena Regina Storti Mineto¹
Bernadete de Lourdes Streisky Strang²

Resumo

O presente trabalho teve como objetivo compreender como o Ensino da Psicologia era ministrado na Escola Normal na cidade de Londrina, Paraná, entre os anos de 1953 e 1957. Os procedimentos metodológicos adotados, para além da pesquisa bibliográfica, incluíram pesquisa documental nos arquivos do Colégio Mãe de Deus, destacando-se como principais fontes: os programas de disciplina de psicologia; os cadernos e planos de aulas das antigas normalistas e a legislação da época. O recorte temporal se deve às fontes disponíveis, sobretudo o programa de disciplinas. A fundamentação teórica deste estudo foi ancorada nas referências da história, da memória e das instituições escolares. Como resultados, espera-se que a pesquisa possa contribuir para o enriquecimento da temática e para compreender os processos da História da Educação e do ensino em Londrina e no Brasil, no período pesquisado.

Palavras-chave: História – Memória; Ensino; Psicologia – Educação; Escola Normal. Professores – Formação.

Abstract

The objective of this study was to study how the Teaching of Psychology was taught at the Normal School in the city of Londrina, Paraná, Brazil, in the 1950s. The historical retrospective of the educational reality that was carried out has as a research locus the Mãe de Deus College of Londrina, between 1953 and 1957. The methodological procedures adopted, in addition to the bibliographical research, included documentary research in the archives of the Mãe de Deus College, highlighting as main sources: the

¹Mestra em Metodologias para o Ensino de Linguagens e suas Tecnologias pela Universidade Pitágoras Unopar. Professora na Universidade UniCesumar. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3954-0229>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0803226153318178>, E-mail: filo.mineto@sercomtel.com.br

²Doutora em Ciências da Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0349-403X>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0818551540256446>. E-mail: bernadete_strang@hotmail.com

discipline programs of psychology; the notebooks and lesson plans of the old normalists; the legislation of the time, etc. The theoretical basis of this study was anchored in the references of history, memory and school institutions. Thus, the reference authors adopted here were Le Goff, Nora, Halbwachs, Rossi, among others. It is hoped that this research can contribute to the enrichment of the thematic and to understand the processes of the history of education in Londrina and Brazil within the researched timeframe.

Keywords: History – Memory; Teaching; Psychology – Education; Normal School; Teachers – Training.

Resumen

El presente trabajo tuvo como objetivo comprender cómo se impartió la Docencia de la Psicología en la Escola Normal, en la ciudad de Londrina, Paraná, entre los años 1953 y 1957. Los procedimientos metodológicos adoptados, además de la investigación bibliográfica, incluyeron la investigación documental en los archivos de la Colégio Mãe de Deus, destacando como fuentes principales: los programas de disciplina de psicología; los cuadernos y planes de lecciones de los viejos normalistas y la legislación de la época. El período de tiempo se debe a las fuentes disponibles, especialmente al programa del curso. El fundamento teórico de este estudio estuvo anclado en los referentes de la historia, la memoria y las instituciones escolares. Se espera que la investigación pueda contribuir al enriquecimiento del tema y a comprender los procesos de la historia de la educación y la docencia en Londrina y Brasil, en el período investigado.

Palabras clave: História – Memoria; Enseñando; Psicología – Educación; Escuela normal; Profesores – Formación.

Introdução

Sabe-se que a Educação não se resume somente aos bancos escolares, mas também às relações entre diferentes sujeitos ao longo da vida. Somos resultado da Educação – frequentando ou não a escola – adquirida nas igrejas, nas reuniões de família, nas organizações, nas festas e confraternização, nas instituições de ensino, com amigos, entre outras situações de convívio social.

No Brasil, a Psicologia se desenvolveu ligada à Educação, primeiro campo em que se aplicou essa ciência no país. Historicamente, desde o início do século XX, no Brasil, a Psicologia da Educação tornou-se fundamento básico da Educação. Contudo, foi somente na década de 1960 que surgiram os primeiros cursos de formação em Psicologia.

Tanto a Educação como a Psicologia estão inseridas em contexto político, social e econômico, o que possibilita entender as características específicas que essas ciências adquiriram no país e a variação de seu conteúdo conforme o momento histórico e as teorias psicológicas e educacionais que nele dominavam.

A Psicologia Educacional estabeleceu-se de forma definitiva a partir de 1930, por meio de pesquisas, tais como os estudos comparativos de métodos de ensino. Em

seguida, as preocupações se voltaram para experimentos de laboratório sobre aprendizagem, medidas de inteligência e solução de problemas.

O critério usado por Mello (1975) é o da delimitação dos campos da Psicologia da Educação e da Psicologia Escolar, contrapondo-os. A autora diz que a Psicologia oferece à Educação dois tipos de contribuição: “a primeira, científica, consiste no conhecimento de problemas que interessam à Educação. A segunda, profissional, consiste na introdução do psicólogo na escola, como técnico interessado no desenrolar do processo educacional” (Mello, 1975, p. 19). A Psicologia Escolar se constitui, então, em área de trabalho que se vale do campo de estudos da Psicologia da Educação, sendo considerada parte dela.

A disciplina de Psicologia da Educação compreende conclusões obtidas em diversas áreas da ciência psicológica sobre assuntos que interessam à Educação e à investigação de problemas relacionados a pessoas, sob ação educativa como estudos sobre aprendizagem; desenvolvimento; adaptação pessoal e social; inteligência e aptidões; relacionamento interpessoal e grupos sociais. Posteriormente, passou-se a dar ênfase aos estudos de problemas relacionados a indivíduos e a grupos envolvidos no processo educativo. Nesse sentido, este trabalho teve como objetivo compreender como o ensino da Psicologia era ministrado na Escola Normal do Colégio Mãe de Deus, na cidade de Londrina, Paraná, entre os anos de 1953 e 1957. A delimitação temporal adotada aqui se justifica em função da existência de fontes documentais preservadas no período citado, como é o caso do programa de disciplinas, dos cadernos e dos planos de aulas das antigas normalistas.

Todavia, a Reforma do Ensino 5692/71 marcou o fim da Escola Normal e criou o Magistério de Segundo Grau. Com essa Lei, a formação no curso superior passou a ser requisito para o exercício do magistério. Esse fato, acrescido da criação, no ano de 1960, do Curso de Pedagogia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Londrina (FFCLL), denominada, a partir de 1971, Universidade Estadual de Londrina (UEL), marca novo momento da formação de professores no município. Entretanto, as escolas Normais continuaram ativas e bastante procuradas. No caso do Colégio Mãe de Deus, será somente no ano de 2008 que se encerra o Curso Normal Secundário.

Alguns aspectos da História e da memória

É pelo estudo da História e da memória escolar - possível graças à preservação dos resquícios do passado contidos nos arquivos - que se compreende a importante contribuição da Escola Normal para a formação da professora local e para a História da Educação brasileira. Ao buscar compreender as trajetórias de vida, bem como dos processos históricos de uma instituição e de uma disciplina, é possível encontrar as linhas tecidas pela tradição disciplinar, assim como outros caminhos que permitam diálogos passíveis de serem estabelecidos entre presente e passado.

A busca dessas linhas é possível por meio das fontes documentais, da observação das histórias cotidianas, dos procedimentos intencionais e programados e dos procedimentos espontâneos e casuais. Contudo, os eventos passados só podem se tornar conhecidos se houver a guarda e a preservação dos seus vestígios materiais. No caso aqui, foi por meio dos documentos constantes nos arquivos escolares do Colégio Mãe de Deus de Londrina, que se pôde encontrar respostas às perguntas levantadas na pesquisa. Esses são os “lugares da memória”, como pontuou o historiador francês Pierre Nora (1993), esses lugares físicos e tangíveis que permitem a evocação de um determinado momento do passado, e é a história desse passado que se busca no silêncio dos arquivos.

No entanto, a preservação de documentos esbarra em diversas dificuldades reais, como a falta de espaço físico nas escolas, por exemplo, embora a importância da preservação da História tenha começado a ser reconhecida em termos políticos com o advento do Estado Novo de Getúlio Vargas em 1937. Nesse ano teve início o modelo político de proteção atribuído à noção de patrimônio. É importante salientar a criação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), que se desenvolveu com a ajuda dos intelectuais modernistas, integrados ao Ministério da Educação e Saúde (MES) de Gustavo Capanema (Fonseca, 2005).

Mas em relação aos arquivos documentais, foi somente em 1946 com o Decreto-lei nº 8.534 de 2 de janeiro que determinou ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-SPHAN, catalogar e proteger arquivos estaduais, municipais, eclesiásticos e particulares (Camargo, 1999). Quase três décadas mais tarde, em 1975, o SPHAN reformulou as concepções sobre sua ação patrimonial, ampliando sua base

conceitual e introduzindo as noções de memória, civilização material e bem cultural. Ainda assim, uma concepção de patrimônio mais ampla só foi formulada com a Constituição de 1988, contemplando todas as modalidades do patrimônio histórico.

O ensino da Psicologia na escola Normal

No decorrer do século XX, a psicologia ocupou a posição de uma disciplina central nos currículos de formação de professores, acreditando-se que as descobertas sobre a psicologia do aluno estabeleceriam bases seguras para as práticas pedagógicas. Essa expectativa já se manifestava nos discursos da pedagogia e da psicologia, desde a última década do século XIX, quando se concentraram esforços na criação de um sistema público de ensino baseado nos grupos escolares e nas escolas normais para a formação dos professores.

As novas escolas seriadas instituíram a homogeneização das classes por meio da divisão dos alunos em turmas da mesma idade e com o mesmo nível de conhecimentos. Nessas condições, as diferenças de aproveitamento entre as crianças logo se evidenciaram, mostrando-se um problema em uma escola organizada, para utilizar o método simultâneo de ensino. Os alunos que não conseguiam aprender no ritmo esperado representavam um entrave para a administração, pois ao se mostrarem refratários à instrução e à moralização escolar, eram temidos como uma ameaça à sociedade, propensos a se transformarem em delinquentes ou adultos desajustados e improdutivos (Rose, 2008; Donzelot, 2001).

Antunes (2007), diz que o ensino sistemático da psicologia nas escolas normais ocorreu a partir das primeiras décadas do século XX. Inicialmente, isso se deu por meio do desdobramento da disciplina Pedagogia em Pedagogia e Psicologia, tal como ocorreu em São Paulo, a partir de 1912, e no Rio de Janeiro. Lourenço Filho (1954), na introdução da psicologia no currículo de formação dos professores, não o fez de forma definitiva. No Distrito Federal, a disciplina foi facultativa por vários anos. Em 1928, a psicologia foi oficialmente inserida no currículo das escolas normais por meio de um decreto, ao mesmo tempo em que ocorreu a incorporação da pedagogia, da História da Educação, da didática, da sociologia, da higiene e da puericultura.

Na década de 1920 realizaram-se reformas educacionais em vários estados brasileiros. Na Bahia, a reforma foi conduzida por Anísio Teixeira; no Distrito Federal, por Fernando de Azevedo; em Minas Gerais, por Francisco Campos. Lourenço Filho esteve à frente das reformas empreendidas no Ceará e em São Paulo. Gradativamente, os problemas da Educação, que haviam sido enfrentados por políticos e intelectuais de diversas áreas, tornaram-se objeto de profissionais dedicados ao ensino escolar.

Observou-se um aumento do número de publicações sobre Educação, em que passaram a ser divulgados os princípios da Escola Nova (Nagle, 1976), movimento que começou na Europa nos anos iniciais do século XX, no âmbito de instituições de correção e tratamento para crianças que se mostravam impermeáveis à Educação escolar. Seus representantes transformaram o aluno no centro da ação pedagógica e criticaram as práticas escolares tradicionais, principalmente o controle rígido dos horários, dos usos do espaço e os procedimentos de exame. Substituíram o sistema de transmissão de conhecimentos do mestre ao aluno pela composição de um espaço educativo a ser livremente explorado pela criança durante períodos flexíveis. A Educação passava a ser compreendida como recurso profilático e terapêutico para os casos de desajustamento social.

Os manuais de psicologia para o ensino normal foram publicados entre 1900 e 1949, num tempo em que ainda não havia curso superior de psicologia no Brasil. Os docentes que ministravam a matéria nas escolas normais eram oriundos de outros campos de formação, em especial da medicina e do direito. Essas duas áreas do conhecimento buscavam formular alternativas cientificamente fundamentadas para a superação dos problemas sociais.

A constituição biológica do povo brasileiro era motivo de preocupação por parte de médicos e juristas, que viam negros e índios como tipos inferiores e temiam o processo de miscigenação pois, conforme teorias importadas da Europa, a mistura de raças produzia indivíduos degenerados que tendiam a herdar as piores características das raças originais. Assim, a forma de intervenção da medicina e do direito era pensada principalmente na perspectiva da prevenção (Schwarcz, 1993; Patto, 1999).

As primeiras pesquisas conduzidas sobre questões psicológicas foram realizadas nas faculdades de medicina no Rio de Janeiro e na Bahia, a partir de meados do século

XIX. Enquanto no Rio de Janeiro os trabalhos incidiam principalmente sobre questões relacionadas à neuropsiquiatria e à neurologia, na Bahia privilegiavam-se temas associados à criminologia, à higiene mental e à psicologia social e pedagógica (Lourenço Filho, 1954).

Dentre os autores dos manuais de psicologia examinados, três eram médicos formados no Rio de Janeiro. Dois deles, Manoel Bomfim e Plínio Olinto, estudaram na mesma faculdade e lecionaram na Escola Normal do Rio de Janeiro. Em 1902, Bomfim foi a Paris para estudar psicologia. Lá, tornou-se discípulo de Alfred Binet, com quem planejou a criação do primeiro laboratório de psicologia do país, o Pedagogium. Além de colaborar em seu planejamento e instalação, ocorrida em 1906, Bomfim dirigiu o laboratório por 15 anos e redigiu os manuais Lições de pedagogia (1915) e Noções de psychologia, cuja primeira edição data de 1916, ambos frutos de seu trabalho como professor (Antunes, Bonfim & Campos, 2001).

Plínio Olinto, autor de Psicologia (1934), trabalhou por dois anos no Laboratório de Psicologia do Hospital Nacional de Psicopatas do Rio de Janeiro, antes de ingressar, em 1916, na Escola Normal, onde passou a trabalhar com Iago Pimentel, também formado no Rio de Janeiro. Mais tarde passou a atuar como psiquiatra no Instituto Neuropsiquiátrico de Belo Horizonte, em 1922, onde ajudou a implementar procedimentos psicológicos (como testes mentais) na realização de diagnósticos. Por ocasião da reforma do ensino primário, levada a efeito por Francisco Campos em Minas Gerais, tornou-se professor de psicologia educacional na Escola Normal Modelo de Belo Horizonte. Escreveu, a partir dessa experiência, Noções de psicologia aplicadas à Educação (1947) e Notas de psicologia (1959).

O autor aproximou-se do trabalho de Helena Antipoff, psicóloga russa que havia sido discípula de Claparède no Laboratório de Psicologia da Universidade de Genebra e depois viera ao Brasil, tendo se estabelecido em Minas Gerais e se dedicado à Educação de crianças deficientes mentais. A especialista esteve à frente da criação da Sociedade Pestalozzi, em 1932.

Pimentel trabalhou no atendimento às crianças excepcionais no consultório médico-pedagógico da instituição, desde seu início (Lourenço & Tinoco, 2001).

Valentim Magalhães, Sampaio Dória e Djacir Menezes, autores de outros três manuais, formaram-se advogados. Magalhães, nascido em 1859 no Rio de Janeiro, fez curso de direito, mas atuou como jornalista, contista, romancista e poeta, além de ter sido um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras. Foi professor de português e pedagogia na Escola Normal do Rio de Janeiro e, como resultado dessa experiência, publicou, em 1900, Lições de pedagogia, cuja primeira parte é dedicada à psicologia. Sampaio Dória atuou principalmente como educador e político. Tornou-se professor de psicologia na Escola Normal de São Paulo em 1914, quando nela foi instalado o primeiro Gabinete de Antropologia Pedagógica e Psicologia Experimental do estado (Tavares, 1995; Carvalho, 1997; Monarcha, 1999).

O livro *Psychologia* (Sampaio, 1926) é fruto do trabalho realizado por Sampaio Dória como professor de psicologia na Escola Normal de São Paulo, função em que permaneceu até 1925, quando foi sucedido por Lourenço Filho (Antunes et al., 2001). O advogado Djacir Menezes doutorou-se em ciências jurídicas e sociais e foi membro do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará, estado onde nasceu em 1907. É autor de *Psicologia* (1933), matéria que lecionou na Escola Normal Pedro II, em Fortaleza, onde também foi implantado um laboratório para estudos dessa disciplina.

De acordo com Antunes (2008), foi a partir da Pedro II que se empreendeu a reforma do ensino no Ceará, conduzida por Lourenço Filho em 1922 e 1923. Essa reforma pode ser considerada o primeiro esforço mais expressivo, no Brasil, para mudar a Educação a partir dos princípios da Escola Nova. Foram encontradas poucas informações sobre os outros autores. Todos eles se dedicaram à formação de docentes. Azevedo foi professor na Escola Normal de Santa Rita. Justino Mendes, pseudônimo de Monsenhor José João Perna, foi responsável pela cadeira de psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino, em Uberaba.

Nos prefácios dos livros sobre Educação, publicados na época, era recorrente encontrar a observação de que a obra havia sido escrita com o singelo objetivo de contribuir para a formação de alunos das escolas normais. Revelava-se, assim, que o livro não buscava apresentar uma teoria original, mas apenas expor de maneira didática os conhecimentos já disponíveis sobre a disciplina no Brasil e no exterior. Um exemplo típico: “Livro para estudantes, não apresenta nada de novo em suas páginas, cujas ideias

foram buscadas nas obras dos grandes mestres alienígenas e nacionais, que integram a nota bibliográfica deste modesto compêndio” (Almeida, 1947, p. 12).

Nos manuais, o capítulo inicial era dedicado a uma introdução em que se apresentava a matéria do curso. Os outros capítulos eram direcionados aos diferentes aspectos da psicologia do indivíduo: sensações, estados afetivos (sentimentos), estados representativos (inteligência) e vontade. O autor desenvolvia, então, a exposição de cada um desses elementos e apresentava, na sequência, uma quantidade variável de subdivisões, dependendo do grau de detalhamento que tivesse conferido a cada tópico. Em alguns manuais, o estudo da linguagem e das crianças anormais, por exemplo, era tratado em capítulos próprios. O capítulo final costumava ser dedicado ao estudo do caráter e da personalidade, apresentados como síntese das dimensões psicológicas do indivíduo. A leitura dos capítulos introdutórios dos manuais identificou enunciados recorrentes, que dizem respeito ao histórico da psicologia, à sua posição no quadro geral das ciências, à sua definição e delimitação e à sua relevância para a Educação.

Em relação à posição da psicologia entre as demais ciências, alguns manuais defendiam a ideia de que a psicologia se situava entre a biologia e a sociologia. “Os estudos psicológicos tanto dependem da biologia como da sociologia e permanecem como uma ponte de passagem ligando as duas” (Olinto, 1934, p. 11). Os professores autores Iago Pimentel, Nelson Cunha de Azevedo, Justino Mendes e José de Almeida ensinavam aos normalistas a definição de psicologia recorrendo à etimologia da palavra: “De acordo com a etimologia do vocábulo, psicologia quer dizer ciência da alma” (Pimentel, [s.d.], p.8).

No livro-texto de Magalhães do início do século XX, um dos mais antigos, a definição aparecia ampliada: “A psicologia é a ciência que estuda os fatos do espírito, a ciência da alma ou dos fatos anímicos” (Magalhães, 1900, p. 7). Essa definição tradicional costumava ser seguida por enunciados que estabeleciam a delimitação do objeto de estudo da psicologia como ciência positiva, desinteressada de questões metafísicas. Nas palavras de Onofre de Arruda Penteado Júnior (1949, p. 10): “A psicologia positiva, puramente científica, não se preocupa com a essência da alma. Interessa-se, tão somente, pelos fenômenos e pelo modo de se manifestarem. Estuda as atividades mentais, sem indagar de sua natureza intrínseca. Não faz metafísica”. Antes

dele, Sampaio (1926), Iago Pimentel ([s.d.]) e José de Almeida (1947) enunciavam a mesma delimitação, sempre se valendo de analogia semelhante entre a psicologia e a física.

A definição de psicologia transmitida aos estudantes da Escola Normal da Praça por Sampaio (1926, p. 5) era expressa da seguinte forma: “A psicologia é um sistema de verdades sobre os estados de consciência”. Nos manuais de Iago Pimentel ([s.d.]), Justino Mendes (1943) e Onofre de Arruda Penteadó Júnior (1949), tal enunciado reaparecia. O professor José de Almeida (1947), por sua vez, indicava, em fins da década de 1940, que ainda não havia consenso sobre a questão ao apresentar em seu texto a existência de uma controvérsia quanto à definição de psicologia. Entre as diversas definições por ele relacionadas, duas eram recorrentes. A primeira, conforme já se mencionou, determinava que a psicologia consistia na ciência que estuda as leis dos fatos da consciência (Almeida, 1947).

A segunda estabelecia que o objeto de estudo da psicologia era o conjunto das formas de adaptação ou ajustamento do indivíduo ao meio. Noções de *psychologia* registrava que a psicologia consistia na ciência da personalidade, definida como “síntese das atividades psíquicas”, as quais, por sua vez, tinham como objetivo “a adaptação ou acomodação das exigências internas às condições externas” (Bomfim, 1917, p. 14).

A psicologia estuda as condutas que se definem no comportamento, interpreta as adaptações do indivíduo ao meio e as modificações do meio face ao indivíduo, em um ajustamento que é a socialização (Olinto, 1934, p. 11). Sob essa perspectiva, de acordo com o manual referido, a tarefa do educador seria a de “tornar mais suave esse ajustamento entre o indivíduo e o meio” (Olinto, 1934, p. 15). A psicologia apresentava-se assim, diante das leitoras normalistas, como a ciência que, por explicar como ocorria a adaptação do indivíduo ao meio, estava em melhores condições de orientar os futuros professores sobre como facilitar esse ajustamento para seus alunos.

Ao justificar a relevância da psicologia para as realizações humanas, os textos referiam-se às suas modalidades como ciências aplicadas, entre as quais sobressaía-se a psicologia educacional. Parte do capítulo introdutório de Psicologia educacional (Mendes, 1943) era dedicada ao tema “a psicologia experimental e seu aproveitamento na orientação das atividades humanas”. Relatava-se o desenvolvimento da aplicação dos

conhecimentos psicológicos em diversas áreas, tais como a classificação dos operários na indústria; o estudo dos alienados nos hospícios e a seleção de alunos nas escolas. Ofereciam-se exemplos de trabalhos desse tipo realizados nos Estados Unidos, na Alemanha, na Itália, na Rússia, na Suíça e na Inglaterra.

Em *Noções de psicologia aplicadas à Educação*, enunciava-se: “Dentre as aplicações da psicologia, as mais importantes, porém, são as que dizem respeito às questões relativas à Educação da infância e aparecem compendiadas sob o nome de psicologia educacional” (Pimentel, [s.d.], p. 11). O estudo da psicologia era apresentado como condição indispensável para a renovação do ensino, que deveria se orientar pelo estudo científico da natureza infantil. Em *Psicologia*, esse enunciado aparecia na forma de uma interrogação: “Quem poderá ensinar crianças sem lhes conhecer a mentalidade?” (Olinto, 1934, p. 15). Perguntava-se, ainda: “Quantos erros cometeu a pedagogia por falta de psicologia?”

A segunda questão retornava como uma das três epígrafes de *Noções de psicologia aplicadas à Educação*. As outras duas citações iniciais do livro retomavam enunciados de autores estrangeiros: “A psicologia deve constituir a base de toda a teoria e de toda a prática da Educação. Sem esta indispensável orientação, nossa pedagogia não seria mais que um cego empirismo” (Devaud apud Lima, 2016). Nos discursos dos manuais, a psicologia, em especial a psicologia infantil, era apresentada como o fundamento científico da prática pedagógica. Afirmava-se que a Educação da criança só poderia ser bem-sucedida se respeitasse sua natureza. “Só se governa a natureza obedecendo-a” e “Não se governa a natureza senão obedecendo-lhe” eram duas versões do mesmo enunciado.

A primeira, presente na obra de Nelson Azevedo (1936) e a segunda, no compêndio de Justino Mendes (1943). Para concluir essa breve caracterização dos discursos destinados aos normalistas, Justino Mendes (1943) enunciava, por sua vez, que cabia à psicologia participar da definição dos fins da Educação, traçando os limites do que se poderia alcançar, tendo em vista as leis do desenvolvimento da criança. Na próxima seção, examina-se a importância das reformas do ensino secundário, com destaque para a forma como afetaram a Educação brasileira, causando, no período entre 1931 e 1961, grandes mudanças nas primeiras décadas do século XX. Vale mencionar

um enunciado relativo à competência da psicologia aplicada à Educação. Nos manuais de Iago Pimentel e Nelson Azevedo, ficava estabelecido: “À psicologia não cabe propor os fins últimos da Educação – junto à Educação ela não determina os fins da escola, mas os meios para atingir tais fins” (Azevedo, 1936, p. 20).

A disciplina de Psicologia e seus programas na escola normal do Colégio Mãe de Deus

No caso específico desta pesquisa, interessa compreender como era composta e ministrada a disciplina de psicologia na escola normal. Trata-se de compreender o contexto de uma escola católica, de origem alemã, que segue a pedagogia Schoenstattiana, assim como outras escolas similares em todo o mundo. Esta instituição se caracteriza, portanto, como instituição sociocultural, seguidora de princípios filosóficos e religiosos cristãos. O modelo pedagógico que preside a escola observa valores associados ao caráter religioso e normativo da religião católica, compartilhado por alunos, professores, diretores, pais e comunidade, com iguais expectativas e concepções.

De acordo com o material pesquisado nos arquivos do colégio, o estudo de psicologia se desenvolveu para dar suporte à sua aplicação pedagógica. As aulas teóricas, os trabalhos práticos, as observações e experimentos das alunas atendiam a esse fim, na intenção de entender o comportamento da criança para, no futuro, poder aplicar adequadamente metodologias de ensino.

Entre suas responsabilidades, a professora da disciplina era encarregada de elaborar trabalhos para observar a criança no ambiente escolar e extraescolar; prover aos alunos o conhecimento das provas e dos questionários, elaborar material original, que requeria os conhecimentos adquiridos em aula e estudos teóricos.

A disciplina de Psicologia no Colégio era ministrada a partir do segundo ano, como se pode ver nos programas abaixo referenciados:

Programa da 2ª série do Curso Normal

- 1ª parte - Psicologia Geral e Psicologia Educacional
- 2ª parte – Psicologia Infantil

Programa da 3ª série do Curso Normal

- Psicologia Infantil e Psicologia Aplicada

O programa de Psicologia Educacional do curso Normal do Colégio Mãe de Deus, no ano de 1955, detalhava como o ensino seria desenvolvido a partir do programa de prática de ensino primário nas 1ª, 2ª e 3ª séries.

Inicialmente, no período de observação, a futura mestre precisava compreender e analisar o contexto da classe, considerando a sua organização e o ambiente psicológico, assim como se preparar para a avaliação do seu trabalho. A observação era feita na própria escola, no segmento de ensino primário, durante um semestre do primeiro ano, de acordo com o caderno-guia fornecido pelo professor da disciplina de Prática de Ensino, envolvendo todos os aspectos da vida escolar, em situação real.

Após a observação feita, no período de participação, a futura professora fazia contato direto com a classe primária; conhecia o programa, horário e o material utilizado. Neste ponto já se pressupunha que a normalista tivesse desenvolvido a capacidade de autocrítica e, portanto, compreendia o processo da aprendizagem, único meio confiável para saber o momento certo para realizar o exercício e fixar a matéria. Em outras palavras, a aluna aplicava os elementos aprendidos na disciplina de psicologia no processo de aprendizagem.

No segundo ano, supervisionadas pela professora da classe, em grupos de seis a dez alunas, as professorandas ficavam de três a seis horas semanais na classe primária do próprio colégio, observando e cooperando em atividades como: correção de exercícios; preparação do material de ensino; acompanhamento das crianças à biblioteca; auxílio no arranjo da sala e do mobiliário; participação nas atividades e discussão de classe; faziam chamada, preparavam boletins semanais e mensais e ministravam as aulas preparadas e assinadas pela irmã diretora.

No período de regência, a normalista se utilizaria do plano de ensino, organizado e aprovado pela professora da classe. Nesse sentido, a partir da responsabilidade direta por uma classe, poderia expandir suas capacidades docentes e organizar seu trabalho diário e semanal, assim como teria o seu trabalho julgado por meio das provas objetivas.

No 3º ano a aluna desenvolvia suas experiências regendo a classe e, progressivamente, aumentava a quantidade de ensino, até ficar pronta para ter a responsabilidade integral sobre os alunos. No último semestre, a aluna assumia a direção de classe por um período de uma semana, sob a supervisão do professor titular.

A partir da análise dos programas de Psicologia Educacional no Curso Normal do Colégio Mãe de Deus, pela metodologia de ensino e pela didática aplicada em sala de aula, observa-se que a instituição investiu bastante no objetivo de contribuir para aprimorar a aprendizagem das alunas normalistas, sob modernas pedagogias. Também observa-se pelos documentos constantes no arquivo que o colégio buscava praticar os cinco componentes que abrangem a didática: foco no educando (centro da aprendizagem, pois a escola existe em função dele); valorização do mestre como educador (aquele capaz de orientar, estimular e guiar o processo de aprendizagem do aluno); atenção ao objetivo (tanto professor como aluno devem buscar); valorização da matéria (compreensão do conteúdo de ensino, conforme o curso); organização e programação feitas pelo Mestre de acordo com a capacidade do aluno, e, por último, cuidado com a técnica de ensino, ou seja, saber ministrar o aprendizado, com o apoio de métodos e processos adequados.

A escola aplicava conceitos modernos de Educação, sobretudo aqueles oriundos das Escolas Novas, muito diferentes do ensino tradicional e bastante em voga na Europa e nos Estados Unidos nesse momento histórico. Nessa nova concepção, se considerava o educando um sujeito ativo do seu próprio processo educativo, o mestre neste caso seria um elemento mediador da aprendizagem, um educador compreensivo, mas igualmente enérgico e firme.

Importante considerar que os objetivos que se pretendia alcançar são decisivos e dão sentido e direção ao processo educativo. Sob essa perspectiva, o programa elaborado pelo colégio, aliava a técnica de ensino à psicologia e facilitava o processo de aprendizagem da aluna.

Conforme material pesquisado nos arquivos do Colégio Mãe de Deus, a escola definia um novo conceito de aprendizagem ao identificar mudança de comportamento (conduta) como resultado da técnica aplicada, ou quando as reações do indivíduo se modificavam pela experiência vivenciada. Esse ensino considerava os tipos de

aprendizagem dentro de uma classificação geral, incluindo: aprendizagem física ou sensorial motriz; cognitiva ou intelectual; afetiva ou de conhecimento de valor, e aprendizagem volitiva (relacionada à vontade).

De acordo com os fundamentos didáticos do Colégio Mãe de Deus, a aprendizagem acontecia em função da capacidade didática; do conhecimento da matéria e da personalidade do professor; da nutrição, da saúde, da capacidade mental e vida emocional da aluna, assim como o seu ajustamento ao nível da classe. Era considerado fundamental o uso de bons métodos, adequados ao nível da turma, às condições, ao mobiliário, ao material e ambiente escolar; do mesmo modo que o bom planejamento e a motivação em sala de aula. Enfim, todos esses elementos associados poderiam promover a aprendizagem.

No ensino, a escola normal aplicava os novos conceitos pedagógicos sobre motivação, mediante as circunstâncias em que ocorria. A motivação é definida no sentido de despertar a atenção das alunas pela matéria ensinada, pelo desejo de aprendê-la e pelo gosto de estudá-la. Mas para que isso acontecesse efetivamente, se contava muito com o empenho do professor em tornar suas aulas agradáveis e interessantes para o crescimento e desenvolvimento intelectual das educandas.

É interessante aqui fazer um paralelo entre os Programas de Psicologia no curso Normal do Colégio Mãe de Deus e a Reforma de Capanema (Decreto-Lei N. 4.244-09/04/1942), citada anteriormente neste trabalho. A Reforma Capanema - Leis Orgânicas de Ensino de 1942 e 1946, aconteceu em um período de grandes mudanças para a Educação no Brasil. Tinha, entre outras finalidades, de oferecer aos estudantes Educação com qualidade e formação diferenciada para o adolescente, além de possibilitar melhor adaptação do ser humano às novas exigências da sociedade da época. As mudanças introduzidas no Ensino Normal foram a centralização das diretrizes e a fixação das normas de implantação desse ensino para todo o nosso país.

A Lei organizou o Ensino Normal em dois níveis. No primeiro ciclo, de quatro anos, funcionava o curso para formar regentes de ensino primário nas escolas normais regionais. Já os cursos do segundo ciclo, com duração de três anos, continuavam a formar professores primários e funcionavam nas escolas normais. No referido Decreto-

Lei, a Psicologia entrava no Ensino Normal do primeiro ciclo, e a Psicologia Educacional entrava no Ensino Normal do segundo ciclo.

No programa da 2ª série do curso Normal do Colégio Mãe de Deus, no ano de 1953, a Psicologia Geral (que estuda as funções mentais comuns a todos os seres humanos) e a Psicologia Educacional (que investiga o processo de ensino e aprendizagem nas crianças e nos adultos e a eficiência e eficácia das estratégias educacionais) entravam na primeira parte e a Psicologia Infantil (que examina as manifestações psíquicas da criança, incluindo características cognitivas, perceptivas, linguísticas, físicas, emocionais, sociais, e outras), na segunda parte.

No programa da 3ª série do curso Normal, ministravam-se a Psicologia Infantil e a Psicologia Aplicada (que desenvolve aptidões e instrumentos para a análise sistemática de todo o contexto humano, de forma a prever ou compreender os fenômenos comportamentais). Já no programa de prática de ensino primário, em 1955, a Psicologia Educacional entrava nas 1ª, 2ª e 3ª séries.

De acordo com os programas do curso Normal do Colégio Mãe de Deus, a disciplina de Psicologia era ministrada abrangendo conteúdos para além do que a Reforma de Capanema iria determinar onze anos depois como, por exemplo, a Psicologia Infantil. Mediante os pressupostos da psicologia infantil, a futura professora precisava conhecer seus alunos com maior amplitude. Saber das necessidades específicas da criança no período pré-primário. Compreender o desenvolvimento da criança como eixo central do processo de aprendizagem e, sobretudo, ter o desejo de ajudá-la em seu crescimento interior e na preparação para o futuro.

Considerações finais

O processo investigativo deste trabalho de pesquisa procurou identificar como o ensino da Psicologia era ministrado na Escola Normal do Colégio Mãe de Deus de Londrina, entre os anos de 1953 e 1957. Com essa finalidade, percorreu-se os caminhos da História e dos arquivos como lugar de memória, buscando-se delinear os contextos social, político e econômico nos quais a Educação e a Psicologia se estruturaram, se renovaram e convergiram no Brasil do começo do século XX.

A Educação revelou-se terreno fértil para a psicologia, tendo sido a principal disseminadora desse conhecimento no país. Com a psicologia educacional, estruturada a partir de 1930, fazendo estudos comparativos de métodos de ensino e aplicando testes psicológicos, envolvendo aprendizagem, identificação de níveis de inteligência e solução de problemas, entre outros escopos, houve ampla disseminação dos benefícios da ciência psicológica associada à Educação.

Na cidade de Londrina, a Escola Normal foi estruturada em 1953 no Colégio Mãe de Deus, atendendo aos anseios da comunidade católica local em processo de formação. Fundada em 1934, Londrina havia florescido a partir de um loteamento de terras, realizado por investidores ingleses, associados na Companhia de Terras do Norte do Paraná. Esse sistema atraiu gente de todo o país e do exterior, estimulando principalmente a produção cafeeira, com o aparecimento de classes médias rurais e a expansão urbana. Em meio a esse cadinho de riquezas emergentes e culturas diversificadas era imperativa a necessidade de educar os filhos dos colonos. A história do Colégio Mãe de Deus se mistura e se confunde no seu desenvolvimento e importância no decorrer do tempo, com a história da própria cidade de Londrina.

A História e a memória, que presidem os fundamentos teóricos desta pesquisa, estão presentes nas perguntas feitas aos documentos do arquivo, que se define como um espaço privilegiado para a produção de conhecimentos. A construção da História se faz por várias maneiras, entre elas por meio de documentos armazenados nos arquivos, que se tornam guardiões da memória da sociedade, a qual detém o direito de acesso à informação, conforme determina a Constituição Federal do Brasil (1988).

Arquivos são um depósito de experiências, ações e fatos que permitem ao pesquisador produzir conhecimento com base nas múltiplas dimensões da História e da memória ali preservadas. Nessa medida, documentos configuram-se como um manancial de dados preciosos, que possibilitam revisitar hoje o vívido passado inserido no ontem.

Com base neles, portanto, traçou-se o fio a conduzir a pesquisa pelos cadernos e planos de aulas das antigas normalistas, por meio dos programas das disciplinas no período delimitado, identificando-se a forte influência da psicologia. Como a Psicologia Educacional, era aplicada para aprimorar o processo de aprendizagem das alunas

normalistas. Como a Psicologia Infantil, era aplicada na preparação da metodologia que seria usada pelas professoras, com seus próprios alunos.

Ainda como Psicologia Geral, em concordância com os conceitos modernos de Educação, especialmente os da Escola Nova, a disciplina considerava o educando um sujeito ativo em seu próprio processo de aprendizagem e, como tal, capaz de unir a técnica à teoria ao se tornar educador.

A pedagogia do Colégio Mãe de Deus, embasada em psicologia teórica e aplicada, buscou no período estudado propiciar às normalistas a compreensão do comportamento diversificado do ser humano e de suas diferentes fases de desenvolvimento, propiciando-lhes assim conhecimento aprofundado, motivação e segurança para estimular a aprendizagem de seus alunos.

O modelo de ensino empregado pelo Mãe de Deus deu destaque ao Colégio, não só na cidade de Londrina como na região, reforçando o conceito de Educação que emergia com mais força naquele período histórico. Preconizava conhecimento multidisciplinar que não descuidava do ser humano e de sua relação com o meio, com suas próprias emoções e com a espiritualidade, sobretudo a última.

Conclui-se que a aliança entre Educação e psicologia, que se consagrou como benéfica ao ensino nos diferentes contextos sociais trouxe, no caso do Colégio Mãe de Deus, no período delimitado da pesquisa, um protagonismo que fez história, deixando um legado que ainda repercute nos corações e mentes de professores e alunos que por ali passaram, entre os quais me incluo, aluna que fui do ensino primário no referido colégio.

Referências

- Almeida, J. (1947). *Noções de psicologia aplicada à Educação*. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional.
- Antunes, M. M (2007). *A psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição*. São Paulo, SP: Unimarco.
- Antunes, M. A. M., Bomfim, M. J. do, & Campos, R. H. F. (Orgs). (2001). *Dicionário biográfico da psicologia no Brasil: pioneiros*. Rio de Janeiro, RJ: Imago.
- Antunes, M. A. M. (2008). Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. *Psicologia Escolar e Educacional*, 12(2), 469-475.

- Azevedo, N. (1936). *Psicologia educacional*. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional.
- Bonfim, M. (1917) *Noções de psychologia*. Rio de Janeiro, RJ: Francisco Alves.
- Carvalho, M. M. C. (1997). Quando a história da Educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: Freitas, M. C. (org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo, SP: Cortez.
- Camargo, C. R. (1999). *À margem do patrimônio cultural: estudo sobre a rede Institucional de Preservação do Patrimônio Histórico no Brasil (1838-1980)* (Tese de Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, São Paulo.
- Colégio Mãe de Deus (1953-1955). *Didática e metodologia*. Londrina: Colégio Mãe de Deus, (Arquivo histórico, caixa 0003).
- Colégio Mãe de Deus (1953-1955). *Programa do curso normal*. Londrina: Colégio Mãe de Deus, (Arquivo histórico, caixa 0002).
- Colégio Mãe de Deus (1955). *Programa do curso normal*. Londrina: Colégio Mãe de Deus, (Arquivo histórico, caixa 0002).
- Donzelot, J. (2001). *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro, RJ: Graal.
- Fonseca, M. C. L. (2005). *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil* (2a. ed.). Rio de Janeiro, RJ: UFRJ.
- Mello, G. N. (1975). Observação da interação professor-aluno: uma revisão crítica. *Cadernos de pesquisa*, 12, 19-27.
- Lima, A. L. G. (2016). A psicologia ensinada a normalistas: um estudo de manuais de ensino. *Psicologia Escolar e Educacional*, 20(1), 23-31.
- Lourenço Filho. (1954). A psicologia no Brasil. In Azevedo, F. (Org.). *As ciências no Brasil*. São Paulo, SP: Melhoramentos.
- Lourenço, É., & Tinoco, B. (2001). *Dicionário bibliográfico de psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Imago.
- Magalhães, V (1900). *Lições de Pedagogia: primeira parte Psychologia*. Rio de Janeiro, RJ: Laemmert Editores.
- Mendes, J. (1943). *Psicologia educacional: conforme o programa das Escolas Normais de 1º e 2º graus*. Juiz de Fora: Livraria Editora Lar Católico.
- Monarcha, C. (1999) *Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Nagle, J. (1976). A reflexão pedagógica crítica: uma necessidade e um exemplo (a propósito da obra educacional de Dante Moreira Leite). *Cadernos de Pesquisa*, 17, 13-26.
- Nora, P. (1993). Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, 10, 7-28.

- Patto, M. H. S (1999). *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo, SP: T. A. Queiroz.
- Penteado Junior, O. A. (1949). *Compêndio de psicologia: problemas de psicologia educacional*. São Paulo, SP: Autor.
- Pimentel, I. (s.d). *Noções de psicologia aplicadas à Educação*. São Paulo, SP: Melhoramentos.
- Olinto, P. (1934). *Psicologia*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Guanabara.
- Rose, N. (2008). Psicologia como uma ciência social. *Psicologia & Sociedade*, 20(2), 155-164.
- Sampaio, D. (1926). *A Psychologia*. São Paulo, SP: Instituto Ana Rosa.
- Schwarcz, L. M. (1993). *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Tavares, F. A. (1995). *A ordem e medida: escola de psicologia de São Paulo (1890-1930)*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, SP.

Recebido: 05/08/2020

Aceito: 16/10/2020

Publicado: 21/06/2022

NOTA:

Os autores foram responsáveis pela concepção do artigo, pela análise e interpretação dos dados, pela redação e revisão crítica do conteúdo do manuscrito e, ainda, pela aprovação da versão final publicada.